

Confrontando a homofobia recreativa na caserna: uma narrativa autoetnográfica

Confronting recreational homophobia in the barracks: an autoethnographic narrative

Josivan Alves Ribeiro

Patrícia Lima Freire

José Gerardo Vasconcelos

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fortaleza/CE-Brasil

Resumo

Essa pesquisa coloca em evidência a minha própria experiência como sujeito e autor, cujo objetivo central é o de narrar os casos de homofobia que sofri como policial assumidamente LGBTQ+ no quartel. A metodologia utilizada teve por base a autoetnografia como forma de perscrutar os casos de discriminação, fundamentada nas construções de Adams, Bochner e Ellis (2011), auxiliando na obtenção de dados para a pesquisa em um processo de resgate de histórias, rememoração de fatos e eventos, através da memória. Os aportes teóricos estão alicerçados nos escritos de Andrade (2017), Antunes (2017) e Foucault (1984, 1988, 2014). Por fim, percebeu-se que o recrudescimento da repressão sexual se dá através da negação da existência, como forma de legitimação da heterossexualidade compulsória (Butler, 2003) através da prática da homofobia recreativa e do poder que disciplina os corpos dos sujeitos de desejo.

Palavras-chave: Homofobia recreativa; Cultura militarista; Autoetnografia.

Abstract

This research highlights my own experience as a subject and author, whose central objective is to narrate the homophobia cases that I've suffered as an openly LGBTQ+ police officer in the barracks. The used methodology was based on autoethnography as a way of examining discrimination episodes, based on the constructions of Adams, Bochner and Ellis (2011), helping to obtain data for research in a process of recovering stories and remembering facts and events, through memory. Theoretical supports are based on the writings of Andrade (2017), Antunes (2017) and Foucault (1984, 1988, 2014). Finally, we can see that the resurgence of sexual repression occurs through the denial of existence, as a way of legitimizing compulsory heterosexuality (Butler, 2003) through the practice of recreational homophobia and the power that disciplines the bodies of subjects of desire.

Keywords: Recreational homophobia; Militaristic culture; Autoethnography.

Introdução

Este trabalho é um recorte da minha dissertação de mestrado que realizei no ano de 2023 na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa, de cunho autoetnográfico, foi realizada nos espaços da caserna (o quartel) onde trabalho, em que coloco em pauta a minha própria experiência como sujeito e autor. O objetivo central da investigação é o de narrar minha própria vivência como policial LGBTQ+ e o de ocupar esse espaço de disputa de poder.

Atualmente, ocupo o cargo de 3º sargento da Polícia Militar do Estado do Ceará, tendo sido incluído no ano de 2009, através de concurso público. Ao longo desses 16 anos de efetivo serviço, tenho experienciado casos de homofobiaⁱ, a mim inclusive, e tal discriminação é devido à minha orientação sexual homoafetiva, sendo, na maioria das vezes, praticada pelos meus pares durante as jornadas de serviço e/ou no convívio profissional.

Meu interesse pela pesquisa parte de dois fatores que se entrelaçam: o primeiro diz respeito ao fato de que sou um homem cis gay, ou seja, sinto na pele as agruras do preconceito e o peso que a farda da Polícia Militar representa, tendo assumido essa orientação sexual em todos os momentos de vivência no quartel e fora dele. Sendo assim, é esse meu lugar de fala para discorrer sobre a homofobia. O segundo tem como razão o espírito combativo que precisei construir ao longo dos anos na tentativa de sobreviver na caserna. Para isso, contei com as leituras que discorrem sobre pessoas LGBTQ+, as pesquisas nos grupos de estudos de que participei durante toda a minha vida acadêmica. Hoje tenho orgulho de lutar pelos direitos LGBTQ+ na tentativa de tornar o mundo um lugar mais justo para nós, pessoas pertencentes a esse segmento.

Sendo assim, elegi o meu local de trabalho para realizar a pesquisa, pois percebi que passava a maior parte do dia em um ambiente extremamente hostil e indiferente às pessoas não heterossexuais. Diante de muitos incômodos, direcionei minha total atenção para aquilo que mais me angustiava na minha vida profissional, a homofobia internalizadaⁱⁱ nos meus pares. Não confundam internalizada com implícita; as pessoas LGBTQ+ são o foco das brincadeiras, das piadas durante o expediente, dentre outras. Analisando minha trajetória dentro da instituição da qual faço parte, vejo que, ao tratar desse tema, ao passo que discuto sobre o assunto nos mais variados lugares, consigo escrever meu lugar na história, ou seja,

não consigo escapar ao fato de que, sendo gay, policial e pedagogo, preciso me colocar diante de situações preconceituosas e combatê-las ativamente.

Realizei este trabalho com o auxílio da autoetnografia, pois, como autor e pessoa eivada de ideias, sonhos, desejos, angústias, dores, dissabores e saberes, aduno a presente pesquisa ao âmbito das relações interpessoais, sendo do tipo qualitativa, pois, ao abordar o tema homofobia, entendo que o objeto de estudo possui, nas palavras de Minayo (1994, p. 21), “[...] um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Ainda de acordo com a autora, “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 1994, p. 21). Ao escrutinar mais a fundo a percepção do outro, compreendi e interpretei comportamentos e fenômenos sociais através das minhas próprias construções enquanto ser humano.

Adentrei ao mundo subjetivo, compreendendo minha trajetória de vida, em que, através da minha experiência, desvelei a homofobia que sofro no lugar em que eu devo ser respeitado, pois estou cercado de pessoas que trabalham em defesa dos direitos da população mais vulnerável e em combate a quaisquer tipos de violações ou atos infracionais.

Para esse propósito, utilizei como aporte ao caminho metodológico o referencial teórico alicerçado nas construções dos estudiosos americanos Adams, Bochner e Ellis (2011). Utilizo-me da ferramenta da autoetnografia a fim de abordar a minha própria experiência na caserna, ou mesmo dentro das viaturas quando estou de serviço na Polícia Militar.

Considero a metodologia da autoetnografia algo novo na pesquisa para mim. Fruto de muitas discussões e análises na pesquisa sociológica, a ferramenta é bastante utilizada nas ciências humanas. Nas palavras dos autores Adams, Bochner e Ellis (2011, p. 273), ela é:

[...] uma abordagem de pesquisa e escrita que busca descrever e analisar sistematicamente (grafia) a experiência pessoal (auto) para compreender a experiência cultural (etno). Essa abordagem desafia as formas canônicas de fazer pesquisa e representar os outros e trata a pesquisa como um ato político, socialmente justo e socialmente consciente. Um pesquisador usa princípios de autobiografia e etnografia para fazer e escrever autoetnografia. Portanto, como método, a autoetnografia é tanto processo quanto produto.

Falo, portanto, da experiência pessoal (auto) para compreender a social (etno) e, nessa relação, analisar sistematicamente o vivido, com o objetivo de revelar o preconceito

existente nos espaços do quartel, que, por muitas vezes, aceitei em silêncio, engasgado com a fala que não pude deixar sair lá do fundo, carregada de amarguras, só porque estava sendo cometida por um superior ou por ter sido vencido pelo medo de represálias.

Ainda em relação à metodologia aqui utilizada, os autores mencionados trazem a questão ética a ser colocada nesse tipo de pesquisa. Ao analisar o vivido, a experiência pessoal, muitos pesquisadores assumem que uma postura neutra, imparcial, no rumo a ser tomado, deve ser observada, porém:

[...] a maioria agora reconhece que tal suposição não é sustentável. Consequentemente, a autoetnografia é uma das abordagens que reconhece e acomoda a subjetividade, a emotividade e a influência do pesquisador na pesquisa, em vez de se esconder dessas questões ou assumir que elas não existem (Adams; Bochner; Ellis, 2011, p. 274).

Dessa forma, ao entrar em contato direto com a minha própria história, a partir das minhas próprias construções enquanto pessoa e sujeito crítico, assumo que a subjetividade então subjacente me faz perceber como a homofobia internalizada se manifesta na minha vida, principalmente no que concerne ao ambiente do quartel. A partir desse relato, pretendo mostrar que a emotividade é parte integrante desse trabalho, bem como a influência direta da minha memória e da minha própria existência enquanto homem gay. Por fim, reitero que o objetivo aqui é discutir a homofobia de forma crítica e construtiva, a fim de podermos todos, todas e todes nos educarmos e então conhecermos e reconhecemos atos homofóbicos e, ao final, sermos capazes de combatê-los eficazmente.

Ao final, realizei uma análise colocando em pauta as elaborações dos autores (sujeitos teóricos) e minhas próprias concepções construídas ao longo da minha formação como pessoa gay, como pedagogo e como policial militar.

A cultura militarista que forja a heterossexualidade compulsória e o poder disciplinar

Nas palavras de Prado e Machado (2008, p. 38), “[...] a distinção regulatória que se estabeleceu entre heterossexuais e homossexuais se erigiu colocando a heterossexualidade burguesa como ‘natural’, como a única experiência identitária capaz de expressar o desejo sexual humano de forma saudável e correta”. Apesar de não ser considerada como “natural”, vista pelo prisma da heterossexualidade compulsória, a homoafetividade sempre foi um comportamento sexual presente na história da humanidade.

A homossexualidade, como a conhecemos, é algo recente na história da humanidade, porém podemos dizer que a homofobia é uma forma de discriminação por orientação sexual que uma pessoa pode sofrer. Nesse sentido, temos que entender o termo. Ele surge da palavra “homossexualidade”, englobando uma gama de atitudes e sentimentos negativos em relação a pessoas que são identificadas ou percebidas como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, *queer*ⁱⁱⁱ, intersexuais, assexuais e pansexuais, que ocupam o grupo denominado LGBTTIAPN+. Nas palavras de Antunes (2017, p. 95), ela pode ser expressa como “[...] antipatia, desprezo, preconceito, aversão, ódio, agressões físicas e verbais ou até mesmo o extermínio (crime de ódio). Pode ser baseado em medo irracional e, às vezes, é relacionada a crenças sociais, principalmente às religiosas”.

Em detrimento das interdições morais bíblicas, a sexualidade humana foi sendo construída ao longo dos séculos e os dogmas religiosos foram, durante muito tempo, os responsáveis pela construção da negatividade em relação a alguns aspectos da sexualidade humana. Assim, nas palavras de Foucault (1984, p. 17):

O valor próprio do ato sexual: o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte, ao passo que a Antiguidade o teria dotado de significações positivas. A delimitação do parceiro legítimo: o cristianismo, diferentemente do que se passava nas sociedades gregas ou romanas, só o teria aceito no casamento monogâmico e, no interior dessa conjugalidade, lhe [sic] teria imposto o princípio de uma finalidade exclusivamente criadora. A desqualificação das relações entre indivíduos do mesmo sexo: o cristianismo as teria excluído rigorosamente, ao passo que a Grécia as teria exaltado – e Roma, aceito – pelo menos entre homens.

Foucault (1984) faz um resgate histórico e nos traz um forte argumento para nos fazer compreender como a homossexualidade foi sendo interdita nos mais diferentes momentos da história pelo cristianismo, não sendo diferente nos dias atuais. As religiões ainda disseminam entre os seus seguidores os dogmas da igreja, que desqualifica as relações homoafetivas, com o mesmo discurso anteriormente citado, de que a finalidade das relações sexuais deve ser exclusivamente criadora.

Em *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, Foucault (1988, p. 11) nos traz um dado interessante a respeito da interdição da sexualidade em meados do século XVIII:

Esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave cautela histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVIII, após centenas de anos de arejamento

Confrontando a homofobia recreativa na caserna: uma narrativa autoetnográfica

e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa.

Vê-se através do excerto que o capitalismo também confere apoio à interdição da sexualidade, que agora passa a ser reprimida, dominada. Foucault (1988) continua sua linha de pensamento ao questionar toda a exacerbação em torno do sexo, a não ser para a preocupação com a reprodução, que, a partir disso, gera a prole, incrementando a força de trabalho e a reprodução da força das relações sociais.

Dessa forma, passamos a compreender melhor como a homofobia internalizada é operada nos espaços de poder, passando a analisá-la dentro da cultura militarista, que engendra e opera também uma interdição à homoafetividade. Na caserna, a cultura militarista é a força motriz que reproduz o preconceito e a homofobia internalizada. Desde a formação teórica até as práticas cotidianas, nas ruas, essa cultura se entrelaça na vida dos militares de forma inconsciente.

O antropólogo estadunidense Geertz (2008) entende a cultura como sendo uma teia de significados, cuja tessitura coube ao homem, que, por sua vez, nela se amarrou. Para o autor, “[...] os indivíduos sentem, percebem, raciocinam, julgam e agem sob a direção destes símbolos. A experiência humana é assim uma sensação significativa, interpretada e aprendida” (Geertz, 2008, p. 4).

Corroborando o que nos diz Geertz (2008), a cultura militarista é o resultado das significações e interpretações que foram forjadas na caserna, na qual a postura do homem militar não pode ser confundida, em hipótese nenhuma, com quaisquer outras posturas desviantes da heterossexualidade compulsória. Esse desvio está sujeito ao julgamento moral, cultural e religioso. O militar que se desvia dessa conduta é rapidamente punido, seja com ironias, olhares, risos desconcertados, humilhações, brincadeiras, rebaixamentos da dignidade e escárnios por seus pares.

Podemos entender que a presença de pessoas de orientação não heterossexual no quartel mostra-se, por vezes, como sendo ameaçadora da moral do homem militar. Assim, podemos dizer que a existência da sexualidade nesse ambiente deve obedecer a modelos preestabelecidos, sendo a ela impostos comportamentos de viés machista, por vezes estereotipados. Para se viver nesse ambiente, o sujeito gay deve obedecer a padrões de conduta que não podem ser contrários aos valores morais construídos ao longo dos anos.

A formalização dos regulamentos, influenciada principalmente pelos valores morais militares, interdita a existência das orientações sexuais não hétero, forjadas principalmente pela *heterocisnormatividade*^{iv}. Além disso, recai ainda sobre os sujeitos gays estereótipos que reforçam a imposição da norma heterossexual, muito influenciada pelo modelo de homem que se espera na caserna. Sobre isso, assim declaram França e León (2021, p. 1):

Os gays acabam assumindo uma posição intermédia, anormal, porque não são nem homens, no sentido legítimo da crença comum, nem mulheres. Mas ainda parece-nos que, quando assumem a posição de passividade própria das mulheres, pelo escopo da 'dominação masculina', o que se nota, pelo estereótipo da performance baseada em trejeitos feminilizados, é que eles se tornam alvo maior de estigmatizações e preconceitos, por negarem a identidade viril masculina, entregando-se aos prazeres corporais e publicamente mostrando essa imagem, traindo o papel de macho que lhe foi atribuído por uma imposição biológica.

Nesse sentido, é importante compreender essa construção e entender que esse estereótipo de gay é influenciado pela lógica machista de enxergar o homossexual como um sujeito que, na verdade, quer ser mulher, e não homem. Na caserna, essa negação segue a mesma lógica, porém aqui temos o incremento de uma cultura masculinista que acaba obrigando esse sujeito a seguir um padrão previamente estabelecido e forjado nos padrões de masculinidade já existentes. Desse modo, a existência de um sujeito que seja assumidamente gay coloca em evidência a moral da tropa, digamos assim, e esse sujeito seria desprezado pelos colegas de trabalho em seu cotidiano, no intuito de protegerem a reputação da farda, como eles mesmos costumam falar.

Em contrapartida, sofrer as imposições que a *heterocisnormatividade* traz é algo corriqueiro. Não é raro me deparar com episódios de homofobia, pois todos sabem dizer a postura que devo seguir, ou seja, o poder disciplinar nos mostra, nesses casos, que qualquer sexualidade desviante da norma socialmente estabelecida será criticada, na intenção de se corrigir o anormal, pois, conforme Foucault (2014, p. 167):

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar'; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder

Confrontando a homofobia recreativa na caserna: uma narrativa autoetnográfica

triumfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.

Aqueles que escapam à heterossexualidade compulsória são rapidamente punidos pelo poder disciplinar, afinal a homofobia não atinge apenas os *gays*, alcança, pois, toda a sociedade, sendo todos nós ferramentas desse sistema opressor, sem exceção, desde o agressor, o sujeito que sofre ou até mesmo aquele que presencia, mas nada faz.

Nem me recordo de quantas vezes fui chamado a atenção por causa da minha postura, da minha voz bastante afeminada, meu andar, meus gestos e minhas atitudes feminilizadas. Já chegaram ao ponto de me pedirem para eu ficar duro, como se a minha postura enrijecida servisse para demonstrar masculinidade e disfarçar minha homossexualidade.

Em outra determinada situação, eu estava escalado^v com uma policial mulher. Juntos, faríamos o policiamento de uma área. Na ocasião, estávamos tirando as faltas^{vi}. Éramos 12 militares para cobrir uma pequena área de atuação. Havia diferentes tipos de homens e uma mulher ali presente. Em relação à compleição física, é comum encontrarmos homens de grande porte nesse tipo de serviço. Nesse dia, havia dois rapazes altos e fortes dentre os 12 mencionados. De repente, para a minha surpresa, fui questionado por um superior hierárquico se eu, por acaso, não queria trabalhar com “dois homens grandes como esses”, apontando para os demais soldados ali presentes, para fazer minha segurança, uma vez que eu estava escalado com uma policial mulher. Respondi não ser necessário, pois, se eu havia sido escalado com aquela policial, de fato, seria porque nossos superiores nos consideravam capazes de resolver as situações concernentes ao serviço policial. Ao final, disse: “Não precisa se preocupar com isso, estamos bem acompanhados”.

Essa cena nos traz à tona a compreensão ainda circundante nas mentes daqueles limitados a enxergar o mundo com as lentes do machismo e do sexismo. Para eles, o fato de um militar *gay* ser escalado com uma mulher representa a perda da moral militar, já que, no entendimento deles, ali estavam presentes, na verdade, duas mulheres, pois, de forma errônea e estereotipada, muitos acham que o homem *gay* quer ser mulher, o que não é verdade, pois o homem *gay* também trata-se de um homem, com os mesmos atributos dos outros, o que os difere é a orientação do desejo afetivo sexual, isso, sim, pode ser diferente, pois estamos falando de desejos, de algo do campo subjetivo.

Na caserna, escalar duas mulheres na mesma composição é algo que não ocorre, pois duvida-se do vigor físico feminino e ainda muito se acredita na ideia de que duas mulheres não seriam respeitadas por delinquentes do sexo masculino e, assim sendo, não poderiam desempenhar um trabalho igualmente a dois homens, descredibilizando completamente o potencial feminino. De forma análoga, um homem gay e uma mulher juntos, nesse tipo de trabalho, suscitam dúvidas acerca do quanto podem ser respeitados em um eventual cenário em que necessitem empregar a força física nos mais diferentes conflitos inerentes ao serviço operacional.

Para Andrade (2017, p. 34), “[...] a masculinidade age ativamente, no processo de subjetivação dos indivíduos, pois cria a identidade do indivíduo que, biologicamente, é homem e tem que assumir as características historicamente estabelecidas para sua condição biológica”. Dessa forma, na condição de homem, devo me apresentar de acordo com o gênero atribuído ao nascer. Se, no entanto, até de forma inintencional, desviar-me desse padrão, serei lembrado rapidamente a não me distanciar dessa norma. Por isso, eles temiam que, ao me colocarem na presença de uma mulher, eu me comportasse como uma e acabasse por desmoralizar todos que estariam naquela área, daí a ideia de que eu deveria ficar ao lado de outros homens, para servir de referência. Na cabeça do meu superior, fazia-se necessário estar ao lado de dois “homens grandes e fortes”, visto que, de forma inconsciente, poderia me espelhar neles para tentar manter o padrão hegemônico. Quando isso ocorreria na presença de uma mulher? Nós dois juntos, no mesmo posto de trabalho, não daríamos conta? Aquilo me incomodou na época e me incomoda até hoje, anos depois. Por ironia do destino ou outro motivo qualquer, passei algum tempo trabalhando com essa policial. Por certo, despertamos muitas dúvidas nas pessoas e nos demais colegas de trabalho. Conseguiríamos nos sair bem nas ocorrências policiais?

Passados dois anos juntos, na mesma composição e no mesmo local de trabalho, mostramos resultados inesperados, realizamos prisões em flagrante delito, apreendemos drogas e nunca fomos desrespeitados por nenhuma vítima ou acusado. Realizamos nosso trabalho como fomos instruídos e dentro do que a lei preconiza.

Viver na pele o poder disciplinar não é algo novo para mim. Rememorando um outro episódio de homofobia por mim sofrido, mostrarei como esse poder dialoga bem junto a esse poder normalizador. Era uma tarde de junho, estávamos sob o sol escaldante da cidade de

Fortaleza, 30 militares enfileirados, prontos para o serviço, participando da preleção^{vii}. O lugar de atuação era o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura. De longe, podemos nos perguntar: “Algo de errado poderia ocorrer numa cena dessas?”. Resposta: “Sim. Em razão de estarmos ali”. Aos olhos do público, nós, *gays*, somos muito mais ameaça do que proteção! A comemoração daquele dia não era algo cotidiano, ordinário, como se diz na caserna. Aquele dia era o efervescente 28 de junho, em que em todo o mundo se comemora o dia do orgulho LGBTQ+, também denominado como *Gay Pride*^{viii}.

Sob as ordens de um superior hierárquico, comandante da operação, fui apontado da fração ali disposta e colocado em destaque. Indaguei em silêncio: “Mas por que logo eu, então soldado, à época, fui destacado dos demais?”. Havia outros militares ali, inclusive de graduações^{ix} superiores à minha. De repente, ouço meu nome sendo chamado e, para a minha surpresa, fui surpreendido com a seguinte fala: “Soldado, diga para os outros companheiros aqui presentes o que ‘esse’ seu pessoal está fazendo aqui?”, fazendo referência às “manas” que ali comemoravam o orgulho LGBTQ+.

Não acreditei que aquilo estivesse acontecendo comigo. Por que justamente eu estava sendo chamado para a frente da tropa, destacando-me dos demais militares ali presentes e tendo que explicar o que o “meu pessoal” estava fazendo ali? Quais motivos perpassaram a cabeça do meu superior para ele, de forma abrupta, delegar-me a função de explicar, esclarecer, enfim, dar uma satisfação para aquele evento estar acontecendo? Não seria isso atribuição dele? A tropa não deveria ter sido orientada sobre o evento antes de se deslocar para o local? No entanto, respondi prontamente:

Senhor, hoje é um dia muito especial, no qual se comemora o Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+. E o motivo pelo qual estamos aqui é para assegurarmos que as pessoas aqui presentes possam festejar suas conquistas com a segurança devida. Esses direitos lhes foram negados durante muito tempo. As pessoas aqui presentes sempre foram marginalizadas, mas hoje estamos aqui para não deixar que isso aconteça, senhor! Essa é a razão para estarmos aqui hoje!

Essa cena nos mostra o que de fato se esconde por trás da ação exercida pelo meu superior. Ele não queria saber ou esclarecer à tropa o que estávamos fazendo ali, de fato. Nós estávamos fazendo segurança pública, como sempre fizemos. Ele queria saber se eu me sairia bem, sendo exposto diante da tropa numa situação de exposição. Não havíamos combinado

previamente sobre eu ter que falar à tropa em forma sobre o Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+. A meu ver, tudo fora feito de caso pensado, expor-me a uma situação vexatória, como estão acostumados a fazerem com a população LGBTQ+, porém o tiro saiu pela culatra. Para a surpresa dos que ali estavam e para a minha própria surpresa, empoderei-me logo que compreendi que a real intenção do meu superior era exercer diante da tropa o poder disciplinar, fortemente marcado pelo controle.

Nesse sentido, assim discorre Foucault (2014, p. 173-174) acerca do poder na vigilância hierarquizada das disciplinas:

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um 'chefe', é o aparelho inteiro que produz 'poder' e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados em grande parte em silêncio. A disciplina faz 'funcionar' um poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a 'física' do poder, o domínio sobre o corpo se efetua segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos 'corporal' por ser mais sabiamente 'físico'.

Agora temos justificativas fundamentadas em Foucault (2014) para a atitude tomada pelo meu superior hierárquico. Percebemos que o poder lhe dá um chefe, e ele queria agir diante da tropa como tal. Fica claro que podemos estar reféns dessas novas mecânicas do poder, do domínio dos corpos, do poder disciplinar e do jogo ininterrupto dos olhares calculados.

Jamais me imaginei diante de uma situação tão embaraçosa como essa, tendo que transformar o vexame em ato de empoderamento e combate à homofobia. Naquele instante, fui policial e educador, consegui me sair bem, por ter evoluído bastante nas minhas leituras, no meu curso de graduação (Pedagogia) e tantas outras oportunidades em que pude aprender muito sobre as questões que envolvem o direito de pessoas LGBTQ+, inclusive tinha descoberto havia pouco tempo a data em que se comemorava o Dia do Orgulho. Em outros tempos, o medo teria me dominado e, com certeza, eu seria o alvo fácil das chacotas no batalhão.

Naquela ocasião, eu tive a oportunidade de confrontar com muita maestria o ato de homofobia exercida pelo meu superior. Talvez muitos de meus colegas nem tenham percebido

assim, mas na minha pele é latente a mais sutil forma de preconceito. Foi um momento ímpar na minha carreira militar, nunca havia me imaginado falando para uma tropa sobre uma questão tão cara para mim. No Dia do Orgulho LGBTQ+, pude mostrar para todos ali presentes que há honra e glória em ser gay e que não há problema algum nisso, ao contrário, devo dizer aos demais que sou orgulhoso de o ser, apesar de o restante da sociedade ser contundente em não me deixar esquecer que fujo à norma heterossexual, conforme bem demonstrado na atitude do superior hierárquico, quando, em forma, destacou-me dos demais militares e, exercendo seu poder disciplinar, questionou o que “esse” pessoal estaria fazendo ali, naquele dia e lugar.

No entanto, contrariando o poder personificado na figura do comandante de tropa, consegui desvencilhar-me do suposto vexame. Compartilhando todo o meu conhecimento, contornei a situação, demonstrando para os meus pares que a homofobia não teria mais lugar na minha vida, dentro ou fora do quartel. Pode-se dizer que minha retórica propiciou um momento educativo, a educação informal foi minha aliada naquele processo de (des)construção, pois, conforme Brandão (2007), considera-se como educação informal todas as práticas desenvolvidas em espaços não escolares, pois ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar, para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Nem sempre foi assim. Quando adentrei aos quadros e vesti minha primeira farda e coturnos, enfrentei muita resistência por parte dos meus pares. Raras vezes fui bem recebido nos lugares a que fui designado para fazer meu trabalho. Enfrentar a homofobia é tarefa diária, faz parte do meu cotidiano ressignificar as dores em coragem, porque é preciso ter muita coragem para amar. No mundo de tantas guerras e ódio, amar é um ato revolucionário, como já dizia Chico César.

A postura heteronormativa do meu superior reforça o estereótipo de homem militar, forte e viril que não se coaduna com a postura dos que fogem à regra machista e dos que não seguem a receita cultural da *heterocisnormatividade*. Nesse sentido, França e León (2021, p. 1) me ajudaram a entender a preocupação dos militares em construir os “filhos da pátria”, quando trazem, por meio da herança histórica, a origem do termo:

Assim, se a nação necessitava de homens que casassem e procriassem para gerar os futuros filhos da pátria, aqueles que seriam preparados para defender o território nacional, restava aos comportamentos contrários a essa lógica de matriz masculina a

ideia de serem uma doença, degeneração ou perversão, visto que não contribuíam para a saúde da nação, que só poderia ser obtida por meio de corpos 'úteis' e 'dóceis', porém viris e fortes para o manuseio das armas. Esse processo se estendeu das Forças Armadas às Polícias Militares, já que estas últimas, desde que foram criadas em meados do século XIX, sempre se utilizaram do modelo de organização do Exército e até hoje são constitucionalmente Forças auxiliares e reserva do Exército.

Os tão sonhados filhos da pátria não poderiam se distanciar da *heterocisnormatividade*, pois acabariam se tornando os chamados degenerados, ou pervertidos, os incapazes de empunhar uma arma e defender o território nacional. No meio militar, é bastante presente a ideia do pederasta, aquele que, desviante, poderia colocar a moral da tropa em risco. Qual militar quer trabalhar em companhia de um desviante? É preferível um embrutecido pelo sistema militar.

No meu percurso de formação acadêmica, aprendi a identificar o irrefutável encontro com a homofobia e como lidar com essa situação imposta diariamente à minha pessoa. Por mais que eu demonstre todo o meu conhecimento, que repita mil vezes que homofobia é crime definido na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989), nunca ficarei totalmente livre dos episódios considerados brincadeiras, a homofobia recreativa. É um mal que está incrustado em toda a sociedade, seja no quartel, na escola, em casa, no transporte público, no seio da família. É um destino inegável, intangível, não posso escapar dele, não há escolhas, apenas devo enfrentar e prefiro fazê-lo de forma pedagógica. Aprendi a ressignificar as chamadas brincadeiras em oportunidades para discutir a homofobia de forma contundente, explanando as causas e consequências dos atos criminosos. Hoje estou preparado para, ao primeiro sinal de homofobia dentro do quartel, não usar a arma que carrego na cintura, mas descarregar toda a minha munição adquirida com o conhecimento libertador da pedagogia do oprimido do nosso grande mestre Paulo Freire.

A dualidade entre a existência e a repressão da sexualidade

A dualidade entre a existência e a repressão da sexualidade acaba sendo uma realidade muito vivenciada por policiais, que, por serem assumidamente *gays*, acabam sofrendo na pele a discriminação. Essa dualidade se manifesta de diversas formas. Nas jornadas de serviço, eles têm que mostrar uma postura que muitas vezes não condiz com a própria vivência da sexualidade. Em outros momentos, os próprios agressores sofrem com a homofobia internalizada, quando, ao escamotear seus desejos, acabam tendo suas sexualidades

reprimidas. Afirmando que a nossa sexualidade não cabe no armário do quartel, pois, ao longo desses anos de efetivo serviço, vivenciei muitos casos de homofobia. Um desses episódios me marcou muito, o qual descreverei adiante.

Ao voltar de licença-maternidade, uma policial veio trabalhar conosco no serviço interno da unidade. Nesse dia, um policial me disse que eu iria competir agora com essa policial feminina, pois agora teria outra mulher na unidade. Antes eu não competia com ninguém no quartel, mas, a partir de então, eu passaria a ser comparado com outra pessoa, do sexo feminino, frise-se bem.

Antes meu sorriso frente a isso era de vergonha, encarava como uma brincadeira, mas hoje eu vejo de outra forma. Ao comparar o homem gay a uma mulher, o assediador pretende, na verdade, depreciar a figura do homem gay utilizando a imagem da mulher de forma negativa, porque a mulher, nesta sociedade machista e sexista, é simplesmente um ser inferior, alvo maior do prazer do homem, que enxerga nela seu objeto e um ser abjeto.

Demorou muito tempo para eu afirmar diante dos meus colegas de farda que sou homem, e não uma mulher. Sempre que possível, tento explicar para eles a distinção entre a minha orientação sexual e a identidade que carrego. Sobre essa predeterminação do sexo, do gênero, da prática sexual e do desejo, Butler (2003, p. 38) afirma:

Gêneros 'inteligíveis' são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os aspectos de descontinuidade e incoerência são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a 'expressão' ou 'efeito' de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

Portanto, a manifestação de orientações sexuais que fuja ao que é considerado como gênero inteligível, vai, *a priori*, desencadear uma série de atitudes negativas por parte dos que não compreendem a orientação homossexual, algo que deve ser encarado normalmente nos modos de existir e viver em sociedade.

A ordem compulsória sexo/gênero/desejo é, portanto, uma forma de negar a existência de outras sexualidades existentes. Essa heterossexualidade compulsória leva muitos sujeitos a enxergarem de forma distorcida essa existência. Assim, precisamos subverter a ordem então imposta e, a partir disso, construir novas formas de existência dos indivíduos na sociedade. No meio militar, não pode ser diferente. Não podemos deixar que o estereótipo de homem viril,

forte e másculo ofusque a existência de outros homens, ainda que não correspondam ao modelo preestabelecido, tanto pelas normas como pela própria cultura.

Em outra ocasião, vivenciei mais um episódio de homofobia recreativa no quartel. Ao adentrar na sala de um superior (prefiro não revelar a patente, tampouco o nome, para me preservar e me assegurar de quaisquer represálias) para tratar de assuntos profissionais, percebi que ele estava com outras pessoas na sala falando sobre a presença de um servidor assumidamente *gay* que trabalhava conosco (também não revelarei o nome para não comprometer a pessoa citada). O superior dizia ser muito valioso o trabalho realizado pelo servidor, porém ressaltou: “Veio com um defeito” [sic]. Ora, todos os presentes na sala sabiam do que se tratava o “defeito”. Dito isso, todos me cobraram com olhares penetrantes, uma resposta de minha parte.

Eu entendi rapidamente o que aqueles olhares queriam dizer, mas por que somente eu poderia rebater aquele comentário? Somente a pessoa *gay* deve combater a homofobia? Eles também poderiam tecer um diálogo e combater os atos de discriminação e preconceito do superior, mas, como era um superior falando, preferiram calar-se. Terá sido por medo? Se sentiram inseguros por não possuírem conhecimento suficiente para confrontá-lo? Ou por que simplesmente concordavam com o que havia sido dito? Eu prefiro acreditar que aquele silêncio era por medo. No serviço militar, a hierarquia é opressora, para sobreviver dentro de um quartel é preciso dizer “Sim, senhor!”, prestar continência e respeitar as patentes. Quem ousa quebrar essas regras sofre sanções disciplinares.

Esses discursos da heterossexualidade são, para Wittig (1992), aquilo que ela denomina de discursos apolíticos, que oprimem aqueles que fogem da regra e são alvos da discriminação e homofobia. Para Wittig (1992, p. 24-25), uma das principais feministas francesas:

Os discursos que oprimem particularmente a todos nós, lésbicas, mulheres e homossexuais, são aqueles discursos que dão por certo que o que funda a sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade. Esses discursos falam de nós e pretendem dizer a verdade em um campo apolítico, como se algo daquilo que significa pudesse escapar do político neste momento da história, e como se, no que nos diz respeito, pudessem existir signos politicamente insignificantes. Esses discursos da heterossexualidade nos oprimem no sentido de que nos impedem de falar a menos que falemos em seus termos.

No quartel, todos têm receio de dizer algo e ser interpretado como indisciplina, ou ser enquadrado em qualquer outro crime tipificado no regulamento disciplinar. Ocorre que esse mesmo regulamento, que a tudo pune, também esclarece que todos temos o direito à livre expressão de ideias e opiniões, sendo protegido, inclusive, pelo manto da Constituição Cidadã de 1988.

No entanto, pude, na oportunidade, exercer o direito que me assegura falar o que penso, sem medo de ser repreendido. Como resposta àquele que deliberadamente tecera um comentário descabido e desapropriado a respeito da sexualidade de outrem, mas que também a mim se aplicava, por analogia, elaborei a seguinte resposta: “Ora, não existe isso de defeito, todos nós somos diferentes, não há ninguém igual a ninguém nesse mundo, e essas diferenças é o que nos faz sermos esses seres especiais e únicos que somos”.

Ao dizer isso, todos demonstraram satisfação ao ouvir minhas palavras, inclusive recebi elogios de um colega de farda, já aquele que havia declarado ver defeito na orientação não heterossexual do servidor nenhuma palavra disse, emudeceu. Saí da sala com minha consciência tranquila.

Mais uma vez, podemos perceber fortes indícios de uma educação que não contempla valores humanísticos. Os militares necessitam mesmo dessa postura conservadora para manter a ordem e o progresso? Percebemos ser nula a existência de empatia na fala do superior, pois, ao declarar ver defeito na sexualidade do militar, ele se encaixa no padrão construído pela cultura patriarcal, gerando, assim, oportunidades para muitos homofóbicos propagarem preconceitos e ódios dentro e fora do quartel. Frente a isso, prefiro manter a postura de educador, visto que o espaço é majoritariamente composto por homens, portanto bastante inclinado à existência de atitudes machistas, sexistas e misóginas. Somente a educação será capaz de modificar as atitudes dos meus colegas e superiores. Estou pronto para o combate, munido de conhecimentos e saberes, mesmo sabendo que essa luta está longe de ser vencida.

Considerações finais

Para elucidar as considerações finais deste trabalho, faço um resgate dos problemas de pesquisa, que são a homofobia internalizada, a cultura militarista e a dualidade entre a repressão e a existência da sexualidade, e chego à conclusão de que, a partir das questões aqui apresentadas, podemos afirmar que a interdição da homossexualidade teve sua efetividade relacionada com o poder disciplinar que atua na manutenção das formas de

sexualidades hegemônicas, elegendo o heterossexismo^x como seu principal pilar. Assim, em contrapartida, nesse jogo, temos a presença da educação no *ethos* militar que amplia as possibilidades de trabalho e ação no lócus da pesquisa, à medida que se invista em cursos de formação sobre a temática abordada.

A metodologia aqui apresentada nos auxiliou na obtenção de dados para a pesquisa a partir da autoetnografia, por meio das falas do próprio pesquisador, num processo de resgate de histórias e memórias. Diante disso, narrei os episódios de homofobia recreativa por mim sofridos. Nessa perspectiva, a dualidade entre a existência e a repressão da sexualidade se torna algo construído a partir das relações que se estabelecem entre os sujeitos. Ao afirmarmos que a sexualidade dos sujeitos *gays* não cabe no armário do quartel e ao seguirmos com as discussões, entramos nas entranhas da instituição militarizada e descobrimos como funciona o poder disciplinar e o controle dos corpos.

Ao final, vislumbramos que, ao discutir as questões que perfazem a pesquisa, torna-se imprescindível que esses estudos sejam mais usuais nas ciências sociais. Ao realizar o estado da arte na pesquisa, vimos ser insuficientes os trabalhos que abordam a homofobia na caserna. Desse modo, esperamos que a presente pesquisa auxilie em investigações futuras e que outros pesquisadores sintam-se à vontade para dar continuidade na pesquisa sobre sexualidades nos espaços de poder, especificamente em organizações militarizadas.

Referências

ADAMS, Tony; BOCHNER, Arthur; ELLIS, Carolyn. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, [S. l.], v. 36, p. 273-290, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23032294>. Acesso em: 18 jun. 2022.

ANDRADE, Nayhara Hellena Pereira. **Coturno rosa e ordem unida?:** uma análise da homofobia entre policiais militares na Paraíba. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Homofobia internalizada:** o preconceito do homossexual contra si mesmo. São Paulo: Annablume, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jan. 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANÇA, Fabio Gomes de; LEÓN, Adriano de. Polícia e homofobia: entre imagens, afetos e preconceitos. **Desqualificada: escrita criativa**. Blog acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, 28 mar. 2021. Disponível em: <https://www.desqualificada.com/2021/03/28/policia-e-homofobia-entre-imagens-afetos-e-preconceitos/>. Acesso em: 3 dez. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

WEINBERG, George Henry. **Society and the Healthy Homosexual**. New York: St. Martin's, 1972.

WITTIG, Monique. **The straight mind and other essays**. Boston: Turcotte Beacon, 1992.

Notas

ⁱ Homofobia é uma mistura da palavra *homo*, em si, e do morfema neoclássico “fobia”, que vem do grego “*phobos*”, que significa “medo”, “aversão”, “repulsa”, “falta de tolerância” e “medo mórbido” (Weinberg, 1972). O termo “homofobia” foi quase imediatamente adotado, tanto dentro como fora da comunidade homossexual, para descrever aqueles indivíduos que tanto tinham medo como não gostavam de homossexuais. Outros pesquisadores estenderam o significado. Definiram como uma reação de extrema raiva e medo em relação aos homossexuais (Antunes, 2017).

-
- ii Em relação à homofobia internalizada, em linhas gerais, é definida como o preconceito historicamente construído, que é composto pelo machismo, heteronormatividade, heterossexismo e misoginia. No processo de socialização, ela é introjetada por todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual (Antunes, 2017).
- iii O termo *Queer*, ao pé da letra, significa “estranho” e sempre foi usado como ofensa a pessoas LGBTQIAPN+. No entanto, a comunidade se apropriou do termo e hoje é uma forma de designar todos que não se encaixam na *heterocisnormatividade*, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade.
- iv Refere-se à *heterocisnormatividade* como o conjunto de normas que se baseiam na heterossexualidade e na identidade de gênero em consonância com o sexo biológico, falsamente naturalizadas pela sociedade, excluindo-se as demais identidades de gênero que destoam desse padrão (Butler, 2003).
- v Ser escalado com alguém é trabalhar juntos, nas jornadas de serviço, sejam em duplas ou trincas, nas mais diversas modalidades de policiamento, seja de viatura ou através do policiamento a pé.
- vi Tirar as faltas é o momento em que se verifica quem compareceu ou não, para a jornada de trabalho.
- vii A preleção é o momento em que as ordens são repassadas à tropa, antes de se iniciar o serviço propriamente dito nas organizações militares.
- viii O Dia do Orgulho LGBT foi criado e é celebrado em 28 de junho em homenagem a um dos episódios mais marcantes na luta da comunidade gay pelos seus direitos: a Rebelião de Stonewall Inn, em Nova Iorque, nos Estados Unidos.
- ix São as patentes dos praças nas Polícias Militares.
- x O sexismo, assim como o racismo e o classismo, é um sistema de sentidos material e histórico. É um modo de organização social em que um aspecto da sexualidade sobrepõe-se a outro, afirma-se como paradigma, naturaliza-se como regra e oprime os demais. O sexismo não é algo subjetivo, individual, que se manifesta entre pessoas. Ele está estruturado e inserido na sociedade, na forma como ela se organiza e se reproduz, por meio das instituições sociais, da mídia e principalmente das vítimas da violência (Antunes, 2017).

Sobre os autores

Josivan Alves Ribeiro

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2023), licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (2019).

E-mail: josivan.alves@alu.ufc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3739-4766>

Patrícia Lima Freire

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2021) e licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (2019).

E-mail: paztyfreire@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6238-1262>

José Gerardo Vasconcelos

Professor Titular de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação na Universidade Federal do Ceará. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC. Possui Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1988), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1993), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1997), Pós-Doutorado em Artes Cênicas, pela Escola de Teatro, da Universidade Federal da Bahia (2002), Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2011 - 2012), Pós-Doutorado em História da Educação pelo Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015 - 2016) e Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2021).

E-mail: gerardovasconcelos1964@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0559-2642>

Recebido em: 30/04/2025

Aceito para publicação em: 16/12/2025